

ENSINO.

O LIVRO DIDÁTICO: SUA GRANDE MISSÃO E SUAS CONDIÇÕES MÍNIMAS

AROLDO DE AZEVEDO

Como um dos membros do Grupo de Estudo do Livro Didático, criado pelo Sr. Secretário da Educação do Estado de São Paulo em 1960, o autor teve oportunidade de oferecer a contribuição que se vai ler, de caráter geral, mas integralmente aplicável ao caso específico da Geografia.

I. O LIVRO E O MESTRE

De qualquer nível que seja, o livro didático é o grande auxiliar do professor. Não pode, não deve, nem pretende substituí-lo. Mas, das "ferramentas" utilizadas pelo mestre, é a mais eficaz e produtiva, pelo seu caráter permanente e duradouro.

Com efeito, os ensinamentos dados em aula podem ficar gravados, naquilo que têm de essencial, na memória do aluno ou, de maneira quase sempre imperfeita, nos apontamentos tomados durante a aula; ao passo que o livro didático põe, nas mãos do estudante, em caráter duradouro e com a esperada exatidão, a essência daquilo que ele precisa saber.

Se não fôr bem feito, o livro didático pode destruir, em poucas páginas, tudo quanto um professor competente e consciencioso conseguiu ministrar de bom, de exato e de racional em uma ou várias aulas. A recíproca, embora profundamente deplorável, não apresenta a mesma gravidade: um conceito errado, uma noção menos precisa, uma aula pouco eficiente ou produtiva não produzem tantos males como um livro didático errôneo, impreciso ou deficiente.

II. TAREFA E RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Da importância que representa o livro no campo do ensino decorre a necessidade de uma fiscalização rigorosa e, mesmo, severa por parte das autoridades e dos órgãos responsáveis pelo ensino público, de grau primário e médio (secundário e profissional), a fim de que se realize uma seleção e, através desta, um expurgo dos máus compêndios.

Com tal objetivo, já existe, no plano federal, a *Comissão Nacional do Livro Didático*. Torna-se imprescindível que, no plano estadual, um organismo similar realize idêntica tarefa.

É claro que o Estado não pode impedir a publicação de livros didáticos deficientes ou que contenham noções errôneas. Mas tem o dever de dificultar ou, mesmo, impedir sua adoção em estabelecimentos oficiais de ensino.

Não compete ao Estado impôr o uso dêste ou daquele compêndio e, muito menos, a adoção do *livro único* para cada matéria. Tal prática seria contrária à liberdade assegurada pela Constituição da República e, se adotada, poderia ferir de morte as próprias instituições democráticas.

Bem ao contrário, deve o Estado estimular a elaboração de muitos livros sobre a mesma matéria, favorecendo a concorrência entre vários autores. É que, quando habilitado e cômico de suas graves responsabilidades, cada autor procurará trazer sua própria contribuição pelo bem do ensino, sua maneira particular de abordar os temas ou interpretar o programa oficial, seu critério na seleção das noções a serem transmitidas.

Se assim acontecer, poderá o Estado realizar com muito maior facilidade, através dos órgãos competentes, a imprescindível seleção do que é bom e do que é máu, separando o jóio do trigo. E, acima de quaisquer interesses pessoais ou de preferências descabidas, deve apontar, de público e com a correspondente justificação, os livros didáticos que, por suas qualidades intrínsecas e extrínsecas, mereçam ser adotados nos estabelecimentos oficiais.

III. TAREFA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR

Uma vez realizada tal seleção por parte do Estado, cabe ao professor escolher, dentre os compêndios apontados como merecedores de adoção nos estabelecimentos públicos, aquele que, em sua opinião, melhor atende às necessidades do ensino e mais se aproxima de sua própria orientação cultural e pedagógica.

Tal tarefa deve ser realizada com o mesmo rigorismo e a mesma isenção de ânimo, porque, dessa escolha final, podem depender não apenas os resultados de seus esforços como mestre, mas, muitas vèzes, futuras especializações.

Na verdade, da mesma forma que um máu professor pode ser o responsável pela aversão do estudante pela matéria ensinada, com maior razão um livro didático, mesmo que seja exato em seus ensinamentos, pode levar o estudante a malsinar e a detestar o assunto para tãda sua vida. Numa e noutra dessas hipóteses, as consequências são bem mais funestas, do que, aparentemente, se supõe: a Sociedade poderá ser privada de um futuro filólogo, matemático, naturalista, físico, químico, historiador ou geógrafo, ocasionando danos inimagináveis para o progresso da cultura e da ciência.

IV. CONDIÇÕES MÍNIMAS DE UM BOM LIVRO DIDÁTICO

Em consequência do que ficou exposto, ninguém tem o direito de pôr em dúvida o excepcional papel representado pelo livro didático e a necessidade de tudo ser feito para que seja, realmente, o grande instrumento do professor.

Como consegui-lo?

A resposta a esta importante pergunta pode ser dada através da enumeração de certas *condições mínimas*, a serem exigidas dos compêndios que forem submetidos ao exame das autoridades estaduais do ensino:

1. **O livro didático deve ser atraente.** — Tal condição é a de maior importância, porque, quando o estudante sente-se atraído pelo compêndio, está psicologicamente preparado para receber as explicações do mestre; e os resultados só poderão ser satisfatórios, mesmo que o mestre fracasse em sua missão.

Para isso, muito concorrem:

a) a boa *apresentação gráfica*, no que diz respeito à capa, à impressão e à qualidade do papel;

b) a existência de *títulos* e *sub-títulos* sugestivos, que, por si mesmos, façam despertar a curiosidade e o interesse do estudante;

c) a presença de *gravuras* bem escolhidas e devidamente selecionadas, que não sirvam somente para ocupar espaço, mas "façam" por si, independentemente da legenda explicativa que, sempre, deverá acompanhá-las;

d) todas as vezes que for possível ou cabível, a presença de *leituras* complementares, que focalizem mais minuciosamente determinados temas não-essenciais, preferentemente de outros autores, para que o estudante possa ampliar sua cultura, aumentar o horizonte de seus conhecimentos e habituar-se a consultar outras fontes, além do texto do próprio compêndio.

2. **A linguagem do compêndio deve ser simples, clara, exata e correta.** — A linguagem do livro didático deve estar, rigorosamente, de acordo com a série ou o curso a que se destina; é evidente que um livro destinado à 1.^a série ginasial, para ser manuseado por crianças mal saídas do Curso Primário, não pode ser vasado na mesma linguagem utilizada em um compêndio para adolescentes da 3.^a ou 4.^a séries ginasiais, e, mais ainda, para jovens que frequentam o Curso Colegial.

Todavia, qualquer que seja a hipótese, a linguagem adotada não pode deixar de ser:

a) *simples*, sem rebuscamentos ou palavras difíceis;

b) *clara*, sintética, sem rodeios inúteis ou obscurecedores do sentido, exposta através de frases e de períodos não excessivamente longos;

c) *exata e pertinente*, quer quanto aos conceitos, quer quanto à terminologia técnica, cujo uso deve ser feito com cuidado e discreção, sob pena de torná-la inútil, incompreensível e indigesta;

d) gramaticalmente *correta*, tanto no que diz respeito à ortografia, como no que se refere à pontuação, à colocação de pronomes, à sintaxe e às demais regras básicas fixadas pela Gramática; e, também, quanto ao estilo, que deve ser escoreito, sem ser literário.

No que diz respeito à correção da linguagem, sob o ponto de vista gramatical e estilístico, cumpre não esquecer que o livro didático, qualquer que seja o assunto abordado, deve ser um veículo de ensino da língua que falamos. A exigência não pode se referir apenas aos compêndios da Língua Portuguesa; também se aplica, com o mesmo rigorismo, aos compêndios de Matemática ou de Física, de História ou de Geografia, de Química ou de Ciências Naturais. Escrever bem e correto não é apanágio dos gramáticos e dos linguistas; é obrigação de todo e qualquer autor de livro didático.

3. **O livro didático não deve estender-se em minúcias inúteis.** — Além de vasado em linguagem perfeita, o compêndio deve abordar, com a indispensável exatidão, os temas essenciais, sem grandes minúcias, que só podem servir para aumentar o número de suas páginas e, muitas vezes, obscurecer a desejada clareza, sacrificando as visões de conjunto.

A propósito, escreveu um grande mestre brasileiro: “O compêndio bem feito não é o mais completo; é o mais interessante e exato. Não deve ser nem volumoso, nem enciclopédico” (DELGADO DE CARVALHO).

4. **Em sua estrutura, o livro didático deve ser equilibrado e harmônico.** — Sempre que possível, o livro didático deve ser dividido em duas ou mais *partes*, que congreguem um número variável de *capítulos*. Assim fazendo, mostra, desde logo, as grandes *divisões* da matéria explanada e suas correspondentes *subdivisões*.

Ora, ao escrever um compêndio, o autor deve tudo fazer para que tais *partes* guardem um certo equilíbrio entre si, de maneira a não haver uma sensível predominância de uma ou mais em relação a outras. Naturalmente, tudo depende da matéria em foco.

Da mesma forma, é aconselhável que o autor procure manter certa harmonia na distribuição dos assuntos, dentro de cada parte, evitando os *capítulos* excessivamente longos, ao lado de outros de duas ou três páginas.

Quando não ditados por motivos poderosos, tal desequilíbrio e semelhante desarmonia podem redundar em prejuízo da boa compreensão da matéria e, notadamente, da visão panorâmica do assunto abordado; e, muitas vezes, ocasionam uma falsa interpretação a respeito da importância maior ou menor dos temas explanados.

5. **O livro didático deve ser imparcial, honesto e realista.** — Determinadas matérias podem dar margem a conceitos discutíveis, quanto à interpretação de fatos. O autor do compêndio não tem o direito de ser faccioso, parcial ou demonstrar preferências pessoais. Compete-lhe ser rigorosamente honesto na exposição dos fatos, citando as diversas opiniões existentes, embora se contradigam, e, se o desejar, dando sua própria. Jamais, porém, deve limitar-se a esta última.

Em relação aos problemas brasileiros, deve ser o mais possível realista, desapassionado, apolítico, sem se deixar levar pela constante exaltação do que é nosso ou transformar-se em instrumento de propaganda político-partidária. Em contrapartida, não pode ter a preocupação do menoscabo e da depreciação das nossas características de Povo e de Nação.

O otimismo exagerado e ridículo é tão pernicioso quanto o pessimismo que deprime e enviltece. O Brasil é um país muito jovem, com inúmeros defeitos que decorrem de sua imaturidade como Povo e como Nação. Mas ninguém tem o direito (muito menos um orientador da juventude, como é o autor de um livro didático) de duvidar de suas possibilidades e seu grande destino e, mais ainda, de envenenar nossa mocidade estudiosa com idéias ou noções, que o decurso do tempo pode vir a desmentir.

V. EM CONCLUSÃO

Por ser o grande auxiliar do mestre, o livro didático deve ser bem feito e obedecer a certas condições mínimas, sem as quais falhará, forçosamente, em sua elevada e dignificante missão.

No setor do ensino público, cabe ao Estado a importante tarefa de fazer a indispensável seleção, a fim de que não venham a cair nas mãos dos estudantes os máis compêndios. E aos professores do ensino oficial compete, face à seleção feita, escolher o compêndio que mais se coadune com sua orientação e as necessidades do ensino.

Se assim fôr feito, tudo leva a crer que se conseguirá a ambicionada elevação do nível de nosso ensino, em seus graus iniciais.

São Paulo, setembro de 1960